

O DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA MIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL: O ESTADO DA QUESTÃO

Cátia Maria Farinon Tonin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

A quantidade da produção científica disponível e a facilidade de acesso requerem das/dos pesquisadoras/es rigor e criticidade frente a esse conhecimento. Daí, a importância dos estudos de revisão, que possibilitam mapear, avaliar e sintetizar as produções existentes sobre determinado objeto de estudo. Este artigo tem como objetivo identificar o “Estado da Questão” sobre o direito à educação escolar para migrantes internacionais residentes no Brasil. O referencial teórico-metodológico centra-se nos estudos de Vosgerau e Romanowski (2014), além de teses, dissertações e artigos científicos relacionados ao tema, de diferentes autores, na área da Educação. A partir da revisão bibliográfica desenvolvida, evidenciou-se a diversidade de enfoques abordados e de referenciais teórico-metodológicos adotados. Observou-se a predominância da abordagem qualitativa, a partir da realização de pesquisas documentais e bibliográficas. Pode-se constatar que o direito à educação escolar para imigrantes, refugiadas/os e apátridas, além da legislação que garanta o acesso, envolve outras dimensões (pedagógicas, culturais e relações sociais), complexas e inter-relacionadas, que precisam ser pensadas coletivamente e efetivadas, seja por parte do Estado, através de políticas públicas, como também pelos demais atores sociais.

Palavras-chave: estado da questão; educação escolar; migração internacional.

THE RIGHT TO SCHOOL EDUCATION FOR INTERNATIONAL MIGRANTS IN BRAZIL: THE STATE OF THE ISSUE

ABSTRACT

The amount of scientific production available and its ease of access require researchers to be rigorous and critical in their approach to this knowledge. Hence the importance of review studies, which enable mapping, evaluating and synthesizing existing productions on a given object of study. This article aims to identify the “State of the Issue” on the right to school education for international migrants living in Brazil. The theoretical-methodological framework focuses on the studies of Vosgerau and Romanowski (2014), as well as theses, dissertations and scientific articles related to the topic, by different authors, in the area of Education. Based on the bibliographic review developed, the diversity of approaches addressed and theoretical-methodological frameworks adopted became evident. The predominance of the qualitative approach was observed, based on documentary and bibliographic research. It can be seen that the right to school education for immigrants, refugees and stateless persons, in addition to the legislation that guarantees access, involves other dimensions (pedagogical, cultural and social relations), complex and interrelated, which

need to be thought about collectively and implemented, whether by the State, through public policies, or by other social actors.

Keywords: state of the matter; school education; international migration.

EL DERECHO A LA EDUCACIÓN ESCOLAR DE LOS MIGRANTES INTERNACIONALES EN BRASIL: el estado de la cuestión

RESUMEN

La cantidad de producción científica disponible y la facilidad de acceso exigen que los investigadores sean rigurosos y críticos en relación con este conocimiento. De ahí la importancia de los estudios de revisión, que permiten mapear, evaluar y sintetizar las producciones existentes sobre un determinado objeto de estudio. Este artículo tiene como objetivo identificar el “estado de la cuestión” respecto del derecho a la educación escolar de los migrantes internacionales residentes en Brasil. El marco teórico-metodológico se centra en estudios de Vosgerau y Romanowski (2014), así como tesis, disertaciones y artículos científicos relacionados con el tema, de diferentes autores, en el área de Educación. A partir de la revisión de la literatura desarrollada, se evidenció la diversidad de enfoques abordados y referentes teórico-metodológicos adoptados. Se observó el predominio del enfoque cualitativo, basado en investigaciones documentales y bibliográficas. Se puede observar que el derecho a la educación escolar de inmigrantes, refugiados y apátridas, además de una legislación que garantice el acceso, involucra otras dimensiones (relaciones pedagógicas, culturales y sociales), complejas e interrelacionadas, que necesitan ser pensadas colectivamente y implementados, ya sea por el Estado, a través de políticas públicas, o por otros actores sociales.

Palabras clave: estado de la cuestión; educación escolar; migración internacional.

Introdução

A mobilidade é um fenômeno que faz parte da História da humanidade e está relacionado à necessidade de sobrevivência e à busca por melhores condições de vida. Neste artigo, tratar-se-á sobre a mobilidade migratória, dinâmica social motivada por diversos fatores: econômicos, políticos, étnicos e religiosos, culturais e desastres naturais. Migração é todo e qualquer movimento populacional que envolva uma ou um grupo de pessoas. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), migrante é a pessoa que se desloca do seu local habitual, podendo ser dentro de um mesmo território (migração interna), ou entre diferentes países (migração internacional).

Diariamente, diversas pessoas saem de seu país de origem ou de onde residem para viver em outro. De acordo com relatório de 2024 da OIM, o número de migrantes internacionais aumentou nas últimas cinco décadas. Em todo mundo, estima-se que haja 281 milhões de migrantes internacionais, o que corresponde a 3,5% da população mundial. Em

2020, o número de pessoas vivendo em um país diferente de seu país de nascimento foi 128 milhões a mais do que em 1990 e mais de três vezes o número estimado em 1970.

“Migrante” é o termo frequentemente utilizado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar. Refere-se, pois, a toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual ou de seu local de nascimento para outro. Esse termo abrange outros mais específicos, como imigrantes¹, refugiadas/os² e apátridas³, que são mencionadas/os neste estudo.

No Brasil, a imigração não é um fenômeno recente: grandes fluxos imigratórios começaram ainda com a diáspora das/os africanas/os trazidas/os ao Brasil para serem escravizadas/os. No século XIX, o Brasil recebeu grupos numerosos de imigrantes, preferencialmente pessoas da Europa, brancas e católicas, que vieram para substituir a mão-de-obra escravizada e povoar o território. Os grupos mais numerosos eram formados por imigrantes italianos, portugueses, alemães, japoneses e árabes. Durante o período republicano, no contexto migratório mundial, o Brasil foi o terceiro receptor de imigrantes nas Américas, ao lado dos Estados Unidos e da Argentina. Mais recentemente, ocorreu uma reconfiguração dos deslocamentos, e observa-se que o Brasil tem recebido fluxos migratórios vindos de países da região da América Latina e do Caribe. Para viver no Brasil e ter uma condição migratória regular, a/o imigrante necessita de uma autorização de residência.

A presença de migrantes é considerada, em alguns países, uma ameaça à soberania e à segurança nacional. Elas/es são tidas/os como “estrangeiras/os” - que não pertencem, forasteiras/os, estranhas/os, ilegais e, muitas vezes, são invisibilizadas/os no contexto social e político. Ignora-se a/o migrante enquanto sujeito, com necessidades e direitos sociais, dentre eles, o direito à educação.

Após esta introdução, são abordadas a importância e a finalidade das diferentes tipologias de revisões bibliográficas. Em seguida, apresenta-se uma revisão bibliográfica do tipo Estado da Questão sobre “o direito à educação escolar para alunas/alunos imigrantes, refugiadas/os e apátridas” que vivem no Brasil. São descritas as etapas de construção do termo de busca para o levantamento das fontes de informação em dois repositórios de

¹ Pessoa que escolheu se deslocar e se estabelecer em um país diferente do seu de origem, por um determinado período de tempo ou permanentemente.

² Pessoa forçada a sair do seu país de origem ou residência por perseguição ou por violação de direitos humanos.

³ Pessoa que não é considerada como nacional por nenhum Estado.

Disponível em: (<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes>)

pesquisas: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e SciELO/Brasil, a partir dos descritores principais *educação* e *imigração*, associados a palavras correlatas e suas variações de gênero e número. Entretanto, buscando aproximar-se ainda mais da especificidade de interesse, desenvolveu-se um levantamento mais seletivo, com a utilização do descritor “direito à educação”. Também, procedeu-se a categorização e análise das produções selecionadas como meio de compreender como a temática vem sendo pesquisada e refinar o olhar para possíveis contribuições.

Estudos de revisão bibliográfica: importância e objetivos

Os estudos de revisão bibliográfica caracterizam-se pela busca e análise de produções científicas sobre um determinado assunto ou objeto de estudo. Constituem uma etapa fundamental da pesquisa científica nos mais variados campos do conhecimento, pois possibilitam mapear e examinar minuciosamente os estudos já desenvolvidos a respeito de determinado tema, observar o interesse pelo mesmo em determinado período de tempo, evidenciar as perspectivas de abordagem que se repetem, além de apontar tendências teóricas e metodológicas nos estudos de uma determinada área.

No Brasil, as pesquisas na área da Educação passaram a ter destaque no espaço universitário a partir da criação dos programas de pós-graduação, em 1965, e sua ampliação na década de 1970. A expansão desses programas e a intensa produção de pesquisas, além de periódicos e eventos científicos na área, impulsionaram a publicação desses estudos. As múltiplas abordagens do mesmo tema e os diferentes tipos de pesquisas desenvolvidos exigem a utilização de métodos de revisão mais rigorosos e sistemáticos para o resgate do conhecimento já produzido. Frente a isso, os estudos de revisão bibliográfica vêm tendo uma utilização cada vez mais frequente.

As revisões possibilitam o resgate dos estudos produzidos e o aprofundamento sobre determinado tema, em um campo ou em uma área, a partir das contribuições de diversas/os autoras/es. Segundo Vosgerau e Romanowski (2014, p.167), “[...] os estudos que têm por finalidade a realização desta revisão permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas e metodológicas, análise crítica, indicando tendências, recorrências e lacunas”.

Na bibliografia sobre as revisões, são encontrados diferentes estudos, com variadas possibilidades metodológicas e denominações; por vezes, observa-se a utilização de diferentes

nomenclaturas para o mesmo tipo de estudo, até numa mesma área. Entretanto, cada tipo de revisão têm suas especificidades e se diferenciam na finalidade e na condução, podendo ser agrupadas, conforme propõem Vosgerau e Romanowski (2014, p.169), em duas categorias: as que mapeiam e as que avaliam e sintetizam. As revisões de mapeamento têm como objetivo levantar indicadores (informações qualitativas ou dados quantitativos) que fornecem referenciais teóricos e metodológicos para novas pesquisas. O levantamento bibliográfico, a revisão de literatura, o estado da arte ou estado do conhecimento, a revisão narrativa, o estado da questão e o estudo bibliométrico são revisões dessa categoria. Numa outra perspectiva, estão as revisões que avaliam e sintetizam, cuja preocupação central é a sistematização dos resultados, ou seja, verificar como e em que condições as evidências se repetem e a aplicabilidade dessas tanto para a formulação de políticas de fomento à pesquisa, como no processo de formação dos profissionais da educação. Nessa categoria, encontram-se a revisão sistemática, a revisão integrativa, a síntese de evidências qualitativas, a metassíntese qualitativa, a meta-análise e a metassumarização. Conforme Vosgerau e Romanowski (2014, p.183), é importante ressaltar que cada tipo de estudo possui uma finalidade específica, o que, no entanto, não corresponde a uma hierarquização de qualidade e de especificidade de sua aplicação. Frente a essa diversidade, caberá a/o pesquisadora/or escolher o tipo mais adequado, a partir do objetivo proposto para a revisão.

Além disso, a utilização de recursos tecnológicos para o acesso às informações, organização e sistematização das produções selecionadas e os softwares direcionados para o tratamento de dados podem oferecer uma grande contribuição, facilitando o trabalho da/do pesquisadora/or e trazendo mais qualidade à pesquisa. Entretanto, Vosgerau e Romanowski (2014, p.183) salientam que “o valor e a credibilidade do estudo dependem fundamentalmente da transparência e do rigor empreendido pelo pesquisador.”

O direito à educação escolar para migrantes: construindo o Estado da Questão

Atualmente, diversas áreas do conhecimento têm adotado estudos de revisão bibliográfica para investigar como determinados fenômenos estão sendo abordados no campo acadêmico.

A seguir, será apresentada uma revisão bibliográfica do tipo Estado da Questão - um levantamento mais seletivo, direcionado à especificidade de interesse da/do pesquisadora/or. Diferentemente das revisões de caráter inventariante ou voltadas exclusivamente a identificar

e a categorizar a produção acadêmica e científica existente, o estado da questão tem como objetivo auxiliar a/o pesquisadora/or a delimitar seu objeto de investigação e definir a abordagem teórico-metodológica que utilizará na pesquisa. Sua realização possibilita evidenciar o cenário atual dos estudos sobre determinado objeto, através de um processo investigativo mais direcionado e crítico. Conforme Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p.7),

A finalidade do ‘estado da questão’ é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa.

O estado da questão aqui desenvolvido teve a finalidade de identificar o estado atual da produção científica relacionada ao tema “o direito à educação escolar para imigrantes, refugiadas/os e apátridas” em escolas públicas de educação básica no Brasil, buscando-se ainda levantar as abordagens teórico-metodológicas mais utilizadas.

Para o levantamento e análise do panorama quantitativo e qualitativo das produções, observou-se as especificidades do tipo de estudo de revisão proposto - um levantamento mais restrito e específico, com delimitação do acervo a ser consultado. Portanto, definiu-se alguns critérios para as fontes de informação: teses, dissertações e artigos científicos produzidos no Brasil, de 2015 a 2024, cujas buscas foram realizadas em duas bases de dados, conforme quadro a seguir:

Tabela 1: Cronograma de realização das buscas.

DATAS	FONTES	BASE DE DADOS
17/07/2024	Dissertações e teses	Catálogo da CAPES
23/09/2024	Artigos científicos	Periódicos da SciELO

Fonte: produzida pela autora, 2024

Tendo em vista o objetivo - delimitar o objeto de estudo – procurou-se levantar produções que dialogassem com o tema, inicialmente, a partir dos descritores gerais (*educação e imigração*) e, depois, da especificidade de interesse “*direito à educação*”. Na construção do termo de busca, foram feitas algumas tentativas até chegar-se ao termo que recuperou um número satisfatório de produções para a análise, conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Diferentes estratégias de busca utilizadas e número de produções recuperadas.

BUSCA	TERMOS UTILIZADOS	Nº de PRODUÇÕES	
		CAPES	SciELO
1	educação (sem filtros)	253.230	36.173
2	imigração (sem filtros)	3.120	536
3	educação AND imigração (sem filtros)	450	60
4	educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração (sem filtros)	29	6
5	educação AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas (sem filtros)	253.230	36.173
6	educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas (sem filtros)	4.920	658
7	educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas Filtros: ano (2015 a 2024), grande área do conhecimento (Ciências Humanas), área do conhecimento (Educação)	1.036	285
8	“direito à educação” AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas (sem filtros)	5.406	03
9	“direito à educação” AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas Filtros: ano (2015 a 2024), grande área do conhecimento (Ciências Humanas), área do conhecimento (Educação)	714	02

Fonte: produzida pela autora, 2024.

Dissertações e teses na base de dados da CAPES

Na primeira etapa, foi realizado o levantamento das produções publicadas e das diferentes abordagens da temática de interesse no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O banco de teses e dissertações da Capes é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do país, além de disponibilizar informações estatísticas desse tipo de produção acadêmica.

Inicialmente, fez-se uma busca individual e sem aplicação de filtros, com os descritores gerais da pesquisa: **(busca 1)** *educação*, obtendo-se 253.230 resultados, e **(busca 2)** *imigração*, com 3.120 resultados em diversas grandes áreas do conhecimento, não apenas relacionadas à Educação. Então, a fim de direcionar a busca para produções em que os descritores mantivessem alguma relação, fez-se a busca com os dois juntos, também sem aplicação de filtros: **(busca 3)** *educação AND imigração*, tendo o retorno de 450 resultados, um número bastante reduzido se comparado aos resultados das buscas individuais.

Em seguida, testou-se outros termos de busca, acrescentando-se aos descritores termos com significados próximos e aplicando também a flexão de número. Utilizou-se ainda os operadores booleanos: AND (= E) entre os termos principais da busca; OR (=OU) entre as palavras ou locuções variantes (plural e sinônimos) e o uso de aspas (“ ”) em locuções. Ao associar ao descritor *educação* alguns termos correlatos: **(busca 4)** *educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração*, obteve-se um número insuficiente (29 produções) para mapear os diversos enfoques já pesquisados dentro do tema. Na busca seguinte, foram acrescentadas ao descritor *imigração* outras palavras análogas: **(busca 5)** *educação AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas*, recuperando-se assim um número inviável para análise (253.230 produções). Então, fez-se mais uma busca, relacionando, agora, os dois descritores e suas especificações: **(busca 6)** *educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas*. Essa busca resultou em 4.920 registros, entre teses e dissertações, produzidas no período de 1988 a 2024.

Finalmente, para refinar essa busca, aplicou-se alguns filtros da base de dados: **(busca 7)** *grande área do conhecimento (Ciências Humanas), áreas do conhecimento (Educação) e ano de produção (2015 a 2024)*, obtendo-se 1.036 resultados (255 teses e 781 dissertações), um número razoável e adequado para a investigação. Fez-se a leitura de todos os títulos dessas produções e, quando necessário, dos resumos e das palavras-chave, para identificar em quais, efetivamente, havia intersecção dos descritores gerais (*educação* e *imigração*), encontrando-se 48 produções. Com a finalidade de organizar esse levantamento bibliográfico, foram armazenadas no Zotero, um software que permite gerenciar, compartilhar e citar referências, possibilitando a criação de um banco de dados personalizado e facilitando a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos.

A partir da leitura mais detalhada, foi possível agrupá-las por categorias: a maioria (27 produções) apresentava uma abordagem histórica, enfocando os processos de colonização e escolarização de imigrantes de diferentes nacionalidades ocorridos em alguns municípios, regiões ou estados brasileiros, ou resgatando a história de determinadas instituições escolares; 03 abordavam situações de migração interna, ou seja, a mobilidade de brasileiras/brasileiros dentro do próprio país em busca de moradia, trabalho e escolarização; e 18 produções enfocavam a escolarização de migrantes internacionais no Brasil, tendo diversas outras categorias de análise: a educação de jovens e adultos/adultos, o povo cigano e escolarização, língua e plurilinguismo, o ensino superior, as relações sociais, a alfabetização de imigrantes, ensino remoto/Covid, interculturalidade, inclusão social da/do aluna/aluno imigrante, prática pedagógica e desafios.

Na sequência, fez-se a verificação de quais dessas produções tinham uma aproximação maior com a especificidade de interesse, buscando-se as que faziam alguma referência ao direito à educação escolar assegurado às/aos imigrantes, refugiadas/os e apátridas, mesmo não explicitando no título ou não sendo o enfoque central da abordagem. Dentre elas, 20 não faziam referência a esse aspecto e, nas demais (28 produções), grande parte se restringia a mencionar a legislação que garante esse direito. Apenas 07 produções ampliavam a abordagem para além da garantia legal de acesso, mas duas delas (n.ºs 80 e 411) em estudos de caso de migração interna de trabalhadoras/es e uma delas (n.º 106) com estudo de caso em uma escola privada, o que as exclui das especificidades delimitadas para essa revisão. Então, foram selecionadas para análise as demais produções (n.ºs 3, 6, 15 e 496), a seguir:

Tabela 3: Dissertações e teses analisadas

Nº / TÍTULO	ANO	AUTOR/A	TIPO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
3. Oportunidade e ameaça identitária: representações sociais sobre a escola por crianças imigrantes haitianas na cidade de Cuiabá, MT	2021	Ilgentche Appolon	Dissertação	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	escolarização de imigrantes; alteridade; crianças haitianas imigrantes; representações sociais.
6. O processo de escolarização de crianças imigrantes na cidade de Joinville – SC	2022	Sandra Felicio Roldão	Dissertação	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Criança imigrante. Educação. Processo de escolarização.
15. Imigração e alfabetização: alunos bolivianos no município de Guarulhos	2016	Simone Garbi Santana Molinari	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Imigração, escolarização, alfabetização, escola
496. Análise da	2022	Lara	Dissertação	Universidade de	Migrantes.

escolarização e inclusão social de estudantes migrantes venezuelanos(as) na escola pública do Distrito Federal		Andréia Sant'ana Cardoso		Brasília	Escola Pública. Políticas Públicas Educacionais. Inclusão social. Escolarização
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------	--	----------	---------------------------------------------------------------------------------

Fonte: produzida pela autora, 2024.

Na sua dissertação, Appolon (2021) faz uma análise do direito à educação para além da garantia de matrícula às crianças imigrantes. Afirma que, “de fato, além do conhecimento, fundamental, a educação busca manter a emancipação e aparece como alavanca para melhorar as condições de vida e facilitar a inserção e integração social”. O pesquisador desenvolveu sua análise a partir de seis eixos temáticos: educação humanizadora orientada pela coexistência de saberes; planejamento participativo; diversidade e intercâmbio cultural; educação moral; matrícula e avaliação; acolhimento comunitário a famílias. A metodologia empregada foi a abordagem qualitativa do tipo etnográfica, com análise documental do projeto político-pedagógico da escola (PPP) e entrevista semiestruturada com crianças haitianas. Para a interpretação das informações, foram empregadas a análise compreensiva e a Análise de Conteúdo (Bardin).

Conforme Roldão (2022), “no Brasil as crianças imigrantes possuem o direito à educação, independentemente do seu status migratório. As prerrogativas legais existentes garantem, a todas e todos, o direito à educação, seu acesso e a permanência nos espaços escolares”. A autora apresenta um panorama das matrículas de alunas/alunos imigrantes no cenário nacional e, especificamente, em Joinville (SC). Mas salienta que pretendeu “apresentar ‘quantas são’, porém com o intuito de refletir ‘como são’ e como acontece o processo de escolarização dessas crianças”. Desenvolveu sua investigação a partir de quatro eixos: o direito à educação, a interculturalidade, a linguagem e a cultura. Dedicou um capítulo de sua pesquisa à abordagem do “direito à educação” às/aos imigrantes em nosso país, resgatando as legislações que as/os amparam, não somente garantindo a matrícula na escola, mas o direito de aprendizagem, considerando suas especificidades e singularidades. Quanto à metodologia, utilizou-se da abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevista semiestruturada, roda de conversa, diário de campo e observação participante. A análise de dados foi desenvolvida a partir da Análise de Conteúdo (Bardin) e da análise interpretativa-descritiva.

Molinari (2016), inicia sua tese, apresentando a fundamentação legal que garante à/ao migrante o direito à educação. Em seguida, traz ações de alguns países da União Europeia

relacionadas à escolarização de imigrantes. Entretanto, em sua pesquisa, enfoca o processo de alfabetização de alunas/os imigrantes, em duas escolas brasileiras, com grande concentração de alunas/os bolivianas/os. A autora relaciona o bom desempenho pedagógico do estudante, seja imigrante ou não, ao trabalho desenvolvido pelas/os professoras/es e às estratégias didáticas que utilizam. Quanto à atuação das/os gestoras/es e das/os professoras/es participantes do estudo, constatou que as atividades para as/os imigrantes não se diferenciam daquelas elaboradas para as/os brasileiras/os e que elas/es pouco interagem com professoras/es e colegas. Segundo a pesquisadora, “a fala sobre os comportamentos se sobrepõem à fala sobre desenvolvimento pedagógico deles”. Isso nos faz pensar sobre a importância e a necessidade da formação dos profissionais da Educação. Como metodologia, utilizou-se da análise da legislação educacional federal e estadual sobre imigração e da pesquisa empírica com estudo de caso em duas escolas públicas de um mesmo município. Os instrumentos aplicados foram entrevistas, observação de atividades escolares, consulta a prontuários e cadernos das/os alunas/os. A análise dos dados coletados foi desenvolvida a partir de Pierre Bourdieu e Gimeno Sacristán.

Inicialmente, Cardoso (2022) apresenta, em sua dissertação, quem são as/os migrantes da sua pesquisa e a gênese da migração no Brasil. Em seguida, debate sobre a universalização da educação. De acordo com a autora, embora assegurada legalmente como um direito de todas/os, sem discriminação, a escolarização e inclusão social da/o migrante ainda é incipiente e precisa de maior amparo, a partir das políticas públicas de educação. Ela destaca o papel da escola no movimento da/o aluna/o – ser consciente e inacabado – que vai construindo sua consciência nas relações sociais, processo que Paulo Freire nomeia como Educação. Aponta, como possibilidade, uma proposta pedagógica que atenda às necessidades educacionais e à inclusão social. A pesquisa é de caráter qualitativo, com suporte teórico do Materialismo Histórico-Dialético, e utiliza como metodologia a Pesquisa Participante, com observação direta, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa.

Na tentativa de aproximar ainda mais os achados ao foco de interesse, substituiu-se o descritor geral *educação* por outro termo mais específico: **(busca 8)** “direito à educação” AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas, obtendo-se 5.406 produções. Após, selecionou-se os mesmos filtros aplicados anteriormente: **(busca 9)** grande área do conhecimento (Ciências Humanas), áreas do conhecimento (Educação) e ano de produção (2015 a 2024), reduzindo para 714 produções.

Esses resultados também foram armazenados e, feita a leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas aquelas em que havia a intersecção dos descritores.

Ao utilizar a especificação “direito à educação”, resgatou-se uma ampla variedade de direcionamentos: direito à educação infantil, direito à educação nas escolas do campo, direito à Educação de Jovens e Adultos, direito ao ensino médio, direito à educação profissionalizante, direito à educação para pessoas com deficiências, direito à educação superior, direito à educação domiciliar, direito à educação para pessoas em atendimento hospitalar, direito à educação para indígenas e quilombolas, direito à educação para pessoas privadas de liberdade, direito à educação para pessoas em situação de vulnerabilidade, a judicialização do direito à educação, dentre outros. Entretanto, apenas 12 produções relacionavam-se ao direito à educação para migrantes, sendo 09 dissertações e 03 teses, que foram acrescentadas à seleção, no Zotero, já que não constavam nas buscas anteriores.

Após uma leitura mais minuciosa, constatou-se que o direito à educação escolar foi abordado em todas essas produções a partir de normativas legais que garantem esse direito às pessoas imigrantes, refugiadas e apátridas em nosso país, e uma delas ampliou sua análise a outros países da América Latina e do Caribe. Todavia, as/os pesquisadoras/es direcionaram a abordagem em perspectivas distintas: direito à educação e políticas educacionais, diversidade cultural e inclusão, representações sociais que interferem na efetivação do direito à educação e na equidade escolar, alfabetização de crianças migrantes, entre outros. Algumas dessas produções foram investigadas mais detalhadamente. Seguem abaixo:

Tabela 4: Dissertações e teses analisadas

Nº / TÍTULO	ANO	AUTOR/A	TIPO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
1. O direito à educação das crianças venezuelanas em Manaus: análise das normativas nacionais e internacionais	2023	Diego Fernandes Pinheiro	Dissertação	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Venezuelanos; imigrantes; refugiados; Amazonas; educação; direito à Educação
4. Acesso à escola para migrantes inter-nacionais na educação básica: uma análise das políticas de distribuição de oportunidades educacionais em Curitiba-PR	2021	Isabella de Meira Araujo	Dissertação	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Políticas educacionais; migrações internacionais; direito à educação.
6. Ensino de uma segunda língua para crianças imigrantes no período da alfabetização na escola democratizada	2023	Veronica Vizotto dos Santos	Dissertação	Universidade de São Paulo (USP)	Imigrantes; educação escolar básica; direito à educação.
15. O direito à educação:	2023	Adriana	Tese	Universidade	Diversidade

percepções/representações dos/as professores/as sobre a diversidade cultural e as pedagogias de inclusão		Mallmann Vilalva		Católica de Santos (UNI-SANTOS)	cultural; migrantes/refugiados; pedagogias de inclusão; direito à educação; percepções/representações de professores.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------	--	---------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: produzida pela autora, 2024.

Em sua dissertação, Pinheiro (2023) embasa o direito de mobilidade dos migrantes e refugiadas/os a partir das normativas nacionais e internacionais, para que o fenômeno da migração seja compreendido tanto no campo da política nacional quanto da política internacional. Mas tem como foco de estudo o processo migratório na América Latina e, especificamente, dos venezuelanos para o Brasil. Por fim, analisa as normativas nacionais que tratam do direito à educação de todos que estão em mobilidade social e a rede de atendimento de venezuelanos em Manaus, as instituições implementadoras e operacionais. Para o autor, apesar de acordos e normativas, internacionais e nacionais, a efetivação da proteção à vida, do direito de locomoção e asilo e do direito à educação para a/o migrante depende muito de políticas públicas locais que viabilizem esses direitos, pois, antes de estar em situação de migração, é um sujeito, e um sujeito de direitos. O estatuto epistemológico da pesquisa é o Materialismo Histórico-Dialético, a partir de algumas categorias marxianas.

Araújo (2021) inicia sua dissertação tratando sobre o fenômeno migratório no século XXI e aspectos gerais sobre a migração internacional no Brasil. Tece uma análise a partir de documentos legais referentes ao direito à educação para crianças e adolescentes migrantes, refugiadas/os e apátridas, que, para a autora, têm um significado positivo na garantia desse direito. A partir do estudo de caso realizado, a pesquisadora constatou que a política educacional para estudantes migrantes internacionais, muitas vezes, se constrói a partir das demandas que são apresentadas ao poder público. Porém, segundo ela, para a garantia do direito à educação e a plena inclusão dessas/es estudantes, existem outras barreiras para além do acesso e da matrícula, como em relação à língua e à formação docente. Desenvolveu análise qualitativa e quantitativa, a partir de três instrumentos principais: análise de dados estatísticos descritivos, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas.

A dissertação de Santos (2023) tem como enfoque o aprendizado da língua portuguesa pela criança imigrante que, muitas vezes, acontece concomitantemente à consolidação da sua língua materna. Para a autora, as/os professoras/es que recebem essas crianças imigrantes têm o desafio de alfabetizá-las em uma língua que não é a materna, havendo uma lacuna na

formação para o ensino de português como segunda língua. Ela afirma que os aspectos sociais são importantes, pois impactam diretamente no bem-estar da/o aluna/o imigrante e na motivação para continuar frequentando a escola, porém salienta que, por mais que um dos objetivos da escola seja a socialização, há o compromisso com os saberes, e as crianças imigrantes têm o direito de serem alfabetizadas. Segundo a autora, o Brasil recebe imigrantes há décadas, mas esse grupo continua sendo invisibilizado nas políticas educacionais. Em sua pesquisa, desenvolveu uma análise a partir de obras bibliográficas de Wittgenstein, de Rousseau e de autores contemporâneos que investigam fenômenos de linguagem, cultura e migração, de leis e documentos normativos sobre migração e educação e de pesquisas empíricas desenvolvidas por outros pesquisadores.

Em sua tese, Vilalva (2023) reflete sobre as pedagogias de inclusão na perspectiva da diversidade cultural e a formação docente no contexto da diversidade. Estabelece relações entre as abordagens teóricas bourdieusiana e moscoviana, para pensar o espaço social da escola, a cultura escolar e a força de representação das/os professoras/es para as pedagogias de inclusão. Conforme a autora, embora o direito à educação seja um direito fundamental, previsto em nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988), ele é relativizado pelo sistema: tem-se a provisão do acesso, contudo não se tem garantia da permanência dos adolescentes e/ou jovens migrantes na escola, seja por conta das barreiras linguísticas, do choque entre diferentes culturas, problemas de xenofobia, *bullying*, entre outros, que demarcam espaços e tempos de violência ou “relações de força” no ambiente escolar. Por outro lado, segundo a autora, percebe-se movimentos mais inclusivos, inovam-se projetos coletivos e solidários e reinventam-se práticas pedagógicas, que acabam acolhendo e integrando as/os alunas/os migrantes. Para esse estudo, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, que se estruturou na análise documental de legislações específicas e políticas educacionais e na pesquisa de campo, com reuniões com equipe gestora e professoras/es, observação em salas de aula, entrevistas narrativas e aplicação de questionário, desenvolvendo a análise fundamentada na Análise de Conteúdo (Bardin).

Artigos nas coleções de periódicos da SciELO/Brasil

O levantamento das produções sobre o tema também foi feito em outra base de dados, a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO/Brasil), um projeto cooperativo de publicação digital de periódicos científicos, com livre acesso. Para a consulta, foram empregadas as mesmas estratégias utilizadas na base anterior. Nas buscas individuais com

cada descritor: **(busca 1)** *educação* e **(busca 2)** *imigração*, sem aplicação de filtros, resultaram 36.173 produções para educação e 536 para imigração. Em seguida, juntando-se os dois descritores, sem aplicação de filtros: **(busca 3)** *educação* AND *imigração*, obteve-se apenas 60 produções.

Na associação do descritor *educação* com termos correlatos: **(busca 4)** educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração, chegou-se a um número muito reduzido de produções (6 artigos), enquanto a partir dos termos: **(busca 5)** educação AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas, voltou-se ao número de produções da primeira busca (36.173 artigos).

A busca seguinte, com os dois descritores e seus termos correlatos: **(busca 6)** educação OR “educação básica” OR “educação escolarizada” OR escolarização AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas, resultou em 658 registros.

Para refinar os resultados, aplicou-se alguns filtros da base de dados: **(busca 7)** idioma (português), ano de publicação (2015 a 2024) e área do conhecimento (Ciências Humanas), chegando-se a 285 produções. A partir da leitura dos títulos e dos resumos, foram selecionados 13 artigos nos quais havia convergência dos descritores, mas um deles foi descartado por analisar contextos internacionais. Então, os 12 artigos restantes foram armazenados no Zotero.

Assim como no levantamento realizado na base da CAPES, aqui também a maioria (08 artigos) trazia uma abordagem histórica do processo de imigração, relacionado à colonização e à escolarização em alguns locais. Os demais (04 artigos) foram analisados mais atentamente e seguem no quadro abaixo:

Tabela 5: Artigos analisados

Nº / TÍTULO	ANO	AUTOR/A	PERIÓDI-CO	ÁREA	QUA-LIS	PALAVRAS-CHAVE
29. Pesquisa histórico-edu-cativa e a imigração italiana: uma re-visão dos estudos	2023	Renata Brião de Castro	Revista História da Educação (ASPHE) v.27	História e Histo-riografia da Edu-cação	A1	Imigração italiana, escolarizaçãoescolas italianas.
68. Educação, patrimônios e comunicação intercultural em escolas públicas no sul do Brasil	2022	Rodrigo Manoel Dias da Silva	Educação & Sociedade (CEDES) v.43	Educa-ção	A1	Educação patrimonial; Interculturali-dade; Comunicação intercultural
109. O rito da confirmação luterana e a escolarização dos	2021	Karen Laiz Krause Romig;	Revista Brasileira de História da	Educa-ção	A1	Ritos luteranos; escolas comunitárias;

pomeranos: um levantamento do estado da arte		Patrícia Weiduschadt	Educação (Soc. Brasileira de História da Educação) v.21			estado da arte
245. Educação Patrimonial e Políticas de Escolarização no Brasil	2016	Rodrigo Manoel Dias da Silva	Educação & Realidade (UFRGS) v.41	Educação	A1	Cidadania; Escolarização Educação Patrimonial; Diversidade Cultural

Fonte: produzida pela autora, 2024.

Os artigos 29 e 109, segundo seus autores, se constituem revisões bibliográficas do tipo Estado da Arte. Castro (2023) faz uma revisão de literatura sobre a temática dos processos de escolarização das/os imigrantes italianas/os que se instalaram no Brasil, a partir do final do século XIX. O estudo tem como fontes artigos publicados, teses, dissertações, livros e anais dos principais eventos na área da história da educação. Roming e Weiduschadt (2021) apresentam um levantamento e analisam pesquisas desenvolvidas sobre luteranismo, escolas paroquiais, ritos de passagem e confirmação luterana no sul do Brasil, de 1945 a 1970. As buscas foram efetuadas em sites de bancos de dados e revistas eletrônicas da área de história da educação.

Silva (2016, 2022), em seus dois artigos, trata sobre a educação patrimonial nas políticas brasileiras de escolarização e a possibilidade de exploração como uma ferramenta para a comunicação intercultural nas escolas. O autor analisa experiências e práticas pedagógicas articuladas à educação patrimonial, que embora objetivem valorizar histórias, territórios e identidades, apresentam traços coloniais, seletivos e eurocêntricos.

Ainda, no esforço de chegar às produções que tratam da especificidade de interesse nessa base, substituiu-se o descritor geral *educação* por outro termo mais específico “direito à educação”, sem aplicar filtros: **(busca 8)** “direito à educação” AND imigração OR imigrante OR imigrantes OR refugiado OR refugiados OR apátrida OR apátridas, recuperando-se 03 artigos e, ao aplicar os filtros **(busca 9)**, restaram 02 deles, detalhados a seguir:

Tabela 6: Artigos analisados

Nº / TÍTULO	ANO	AUTOR/A	PERIÓDICO	ÁREA	QUALIS	PALAVRAS-CHAVE
1. Direito à educação: analisando tendências temáticas em avaliação na produção acadêmica	2023	Cristiane Machado; Aline Gabriele Pereira	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 31.	Educação	A1	Direito à educação; avaliação; Estado da Arte.
2. Anísio Teixeira-	2022	Leoni Maria	Pro-Posições	Educação	A1	Direito à

ra e o “direito à educação”- ideias que evo-cam Dewey e inspiram Freire		Padilha Henning	(UNICAMP), vol. 33	ção		educação; Anísio Teixeira; John Dewey; Paulo Freire; Filosofia da Educação.
-------------------------------------------------------------------------	--	-----------------	--------------------	-----	--	-----------------------------------------------------------------------------

Fonte: produzida pela autora, 2024.

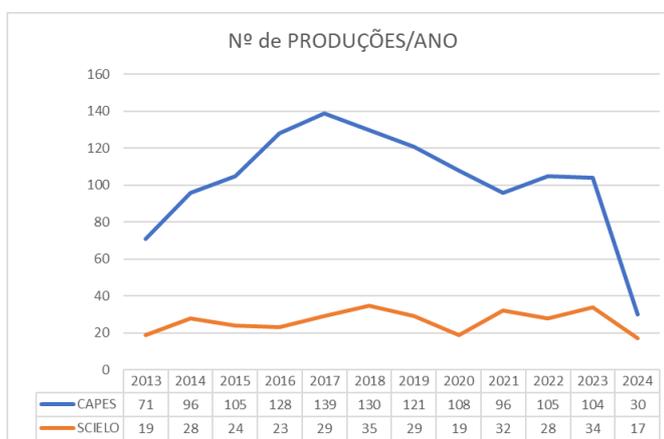
Conforme Machado e Pereira (2023), seu artigo traz uma revisão do tipo Estado da Arte sobre a temática “direito à Educação e avaliação”. Para o artigo, selecionaram 31 trabalhos acadêmicos, no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) com o uso dos descritores “direito à Educação” AND avaliação, sem a utilização de filtros. Após, foram examinados e agrupados de acordo com a abordagem temática: programa/política educacional, qualidade, concepções/práticas de avaliação e processos de inclusão/exclusão. A partir da análise, as autoras ressaltam alguns aspectos: o direito à educação só se efetiva mediante o planejamento e a implementação de políticas públicas; a necessidade de construção de novos referentes, pautados no direito à formação humana como princípio; a compreensão da avaliação como um instrumento de garantia do direito a uma educação de qualidade; os escassos instrumentos colocados à disposição da inclusão daqueles que necessitam de apoio para as atividades educativas e as possíveis formas de exclusão provocadas pelo tensionamento entre os processos de avaliação e os mecanismos de regulação das políticas educacionais. Concluindo, destacam a contribuição dessas pesquisas para evidenciar as condições necessárias à materialização do direito à educação, tanto na perspectiva das políticas públicas, como das práticas educativas.

Em seu artigo, Henning (2022) aprofundou e discutiu a relação entre direito à educação e democracia, a partir da produção teórica de Anísio Teixeira, em diálogo com John Dewey e Paulo Freire. Estabeleceu conexões entre as ideias desses autores, que embora viveram em momentos, tempos e espaços distintos, pretenderam impulsionar o desenvolvimento por ações pedagógicas inovadoras. Para a autora, a educação se encontra comprometida com o espelhamento da injustiça constitutiva da sociedade, fato que poderia ser desconstruído pelo fortalecimento da escola pública e de qualidade, promovida por uma pedagogia renovadora. Henning resalta que os autores trazidos por ela não estão isentos de críticas, mas, sem dúvida, nos oferecem suas lupas interpretativas, para que com elas endendamos a nossa realidade.

Análise dos achados: o olhar da pesquisadora

Com a realização deste estudo de revisão, se pode perceber que existe, nas bases consultadas (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Biblioteca Eletrônica Científica Online - SciELO/Brasil), uma gama significativa de produções científicas a partir dos descritores *educação* e *imigração*, embora nem sempre interligados. Encontrou-se produções com a intersecção desses descritores, mais expressivamente, a partir da aplicação do filtro da área do conhecimento (Educação). Ao atentarmos para o ano das produções nessa área, percebe-se o interesse crescente pela temática a partir de 2013, com maior número de produções nos anos de 2017 e 2018, conforme gráfico abaixo:

Figura 1: Número de produções de 2013 a 2024, nas bases consultadas.



Fonte: produzida pela autora a partir das buscas realizadas, 2024.

A partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontradas pesquisas, na área da Educação, produzidas em 105 universidades do país, na grande maioria, em instituições públicas, porém o maior número de produções publicadas (81 produções) foram desenvolvidas em uma instituição privada, conforme tabela a seguir:

Tabela 7: Universidades brasileiras com mais produções sobre o tema investigado.

INSTITUIÇÃO	ESTADO	Nº PROD.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SP	81
Universidade Federal de Minas Gerais	MG	78
Universidade Federal do Espírito Santo	ES	46
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	39
Universidade Federal do Pará	PA	29
Universidade Federal de Santa Catarina	SC	27
Universidade Federal de Mato Grosso	MT	25

Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	24
Universidade Federal da Grande Dourados	MS	23
Universidade Federal de Goiás	GO	22
Universidade Federal de Ouro Preto	MG	22
Universidade Federal Fluminense	RJ	22
Universidade Estadual de Maringá	PR	22
Universidade Nove de Julho	SP	20
Obs.: Na tabela, não foram registradas todas as instituições que desenvolveram pesquisas relacionadas ao tema, apenas as que têm um número mais significativo de produções.		

Fonte: produzida pela autora a partir das buscas realizadas, 2024.

No levantamento realizado na biblioteca eletrônica SciELO/Brasil, averiguou-se os periódicos que mais tiveram publicações sobre a temática no período estabelecido para essa investigação, como é mostrado abaixo:

Tabela 8: Periódicos com mais publicações sobre o tema.

PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO	Nº de PRODUÇÕES
Educação e Pesquisa	Universidade de São Paulo (USP)	33
Educar em Revista	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	24
Revista Brasileira de Educação Especial	Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE)	24
Educação em Revista	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	22
Revista Brasileira de Educação	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)	21
Psicologia Escolar e Educacional	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)	16
Educação & Realidade	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	15
Revista Brasileira de História da Educação	Sociedade Brasileira de História da Educação	14
História da Educação	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação	13
Cadernos de Pesquisa	Fundação Carlos Chagas	12
Pro-Posições	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	12
Obs.: Na tabela não foram registrados todos os periódicos levantados na busca, apenas os que têm um número mais significativo de artigos relacionados ao tema.		

Fonte: produzida pela autora a partir das buscas realizadas, 2024.

No total, 1.750 produções, entre teses e dissertações, foram resgatadas no Catálogo da CAPES e 287 artigos na base da SciELO/Brasil. Após o levantamento e filtragem, chegou-se às produções em que os descritores *educação* e *imigração* se interseccionavam (48 produções

no catálogo da CAPES e 12 artigos na SciELO/Brasil), as quais compuseram o portfólio para a análise mais detalhada. A leitura dessas produções contribuiu para a construção de um conhecimento mais amplo e sólido a respeito da temática, visto a diversidade de enfoques explorados nas produções e que foram agrupados em cinco categorias:

- Processos históricos: escolarização de imigrantes durante a colonização do país, história de algumas instituições de ensino;
- Direito à educação escolar: legislação e normativas que garantem esse direito, políticas públicas, acesso, permanência e conclusão, qualidade, equidade;
- Questões pedagógicas: formação de professores, proposta pedagógica da escola, currículo, alfabetização, bilinguismo, práticas de avaliação e ensino remoto;
- Relações sociais: acolhimento, inclusão, aluno como sujeito, relação com a família, discriminação, xenofobia e bullying;
- Cultura: língua/ plurilinguismo, valorização cultural, patrimônio cultural e interculturalidade.

Com essa visão geral, pode-se identificar as aproximações e agrupá-las. A partir da categorização dessas produções, obteve-se um número mais reduzido de trabalhos que tratavam da especificidade desejada - “o direito à educação escolar para imigrantes, refugiados e apátridas” (12 produções no catálogo da CAPES e 02 artigos na SciELO/Brasil).

Quanto aos referenciais teóricos que sustentaram as análises, observou-se a utilização do arcabouço legal (leis, decretos, e outros instrumentos normativos) pertinente à temática e de uma diversidade de autores, conforme as abordagens e especificidades de cada estudo.

A revisão feita também nos permitiu averiguar as tendências metodológicas adotadas nas pesquisas selecionadas. Buscou-se essas informações no resumo das produções; no entanto, nem sempre foram mencionadas, o que nos levou à leitura do capítulo específico sobre a metodologia da pesquisa ou da introdução, onde algumas produções traziam essas informações.

Inicialmente, constatou-se que boa parte dessas produções não trazia explicitado o tipo de abordagem, embora, através da leitura das pesquisas, pudesse ser identificado. Nas que traziam essa informação, constatou-se a predominância da abordagem qualitativa, que tem um caráter subjetivo na análise dos dados obtidos e permite um enfoque interpretativo, a partir das informações coletadas.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa documental foi a mais adotada, seguindo-se a pesquisa bibliográfica, a técnica da História oral e a pesquisa de estudo de campo, sendo

também empregadas, embora em menor número, as pesquisas etnográfica, histórico-cultural, análise de conteúdo, pesquisa participante, pesquisa-ação, pesquisa-intervenção, método cartográfico e método das palavras-chave.

Para a análise documental, dentre as fontes de dados mais consultadas estão documentos institucionais, pessoais, registros em atas, livros, revistas, almanaques, jornais, relatórios, mapas, mensagens, ofícios, correspondências, legislação, fotografias, etc. Nas pesquisas bibliográficas, foram utilizadas obras publicadas referentes ao tema tratado. Para o estudo de campo, foram mais utilizadas a observação, as entrevistas semiestruturadas, as narrativas de memórias, questionários, relatos, rodas de conversa, reuniões e diário de campo.

Ainda, constatou-se que muitas pesquisas não esclareciam os referenciais metodológicos adotados e, nas que constavam, havia uma grande variedade, conforme a linha de estudo em que as pesquisas se inserem. São evidenciadas as contribuições de Marx e Engels (Materialismo Histórico- Dialético), Pierre Bourdieu, Laurence Bardin (Análise de Conteúdo), entre outros. Nas pesquisas históricas, percebeu-se a predominância dos pressupostos da História Cultural.

Cabe ressaltar que as buscas realizadas nas bases pesquisadas para esse estudo não esgotam a produção do conhecimento sobre a temática; contudo esse estudo de revisão bibliográfica permitiu resgatar e analisar trabalhos confiáveis e de qualidade. Conforme Vosgerau e Romanowski (2014, p.166), “[...] o valor e a credibilidade do estudo depende fundamentalmente da transparência e do rigor metodológico empreendido pelo pesquisador.”

Considerações finais

As revisões bibliográficas são necessárias e fundamentais para a qualidade e credibilidade da pesquisa científica em todos os campos do conhecimento. Esses estudos propiciam a compreensão de como determinado tema vem sendo estudado dentro da área, dos referenciais teóricos e metodológicos utilizados, permitindo identificar tendências, recorrências e lacunas existentes. Porém, Vosgerau e Romanowski (2014, p. 184) salientam que, na área da Educação, ainda precisam de um aprimoramento, pois encontra-se divergências quanto às nomenclaturas e às especificações metodológicas referentes ao mesmo tipo de estudo, o que causa certa insegurança a/ao pesquisadora/or iniciante que vai aplicá-los.

O estado da questão desenvolvido permitiu identificar as produções pertinentes ao tema e as que se aproximavam da especificidade de interesse sobre o direito à educação para imigrantes, refugiadas/os e apátridas. Procurou-se, no decorrer deste artigo, trazer as

características desse tipo de estudo, que implicam diretamente nos critérios adotados e na condução da revisão.

A partir das buscas e da análise das produções selecionadas, encontrou-se uma diversidade de contribuições, o que possibilitou ampliar o conhecimento em relação ao tema, como também poderá contribuir para a delimitação do objeto de estudo de futuras pesquisas. Acredita-se que a relevância e a complexidade da temática demandem ainda estudos e reflexões que possam contribuir para mudanças nas políticas educacionais e para a efetivação do direito à educação escolar para os migrantes internacionais que vivem no nosso país.

Ainda que, nos últimos anos, o fenômeno da imigração venha se intensificando no Brasil e demande ações mais consistentes, imigrantes, refugiadas/os e apátridas continuam invisibilizados nas políticas públicas educacionais, como no Projeto de Lei nº 2.614/2024 do Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio, que embora apresente alguns avanços em equidade, não faz referência a esse grupo. Entretanto, as políticas educacionais não acontecem apenas de cima para baixo; nesse movimento, a Escola tem um papel fundamental na integração e na aprendizagem dessas/es alunas/os. Mudar uma prática educacional marcada pela colonialidade é um processo contínuo, com avanços e retrocessos. Mas pequenas fissuras, como propõe Walsh (2017, p. 38), vão acontecendo, a partir de discursos e experiências pedagógicas que buscam desafiar as estruturas hegemônicas e adotam a interculturalidade como prática.

O direito à educação escolar, em suas múltiplas dimensões, precisa ser assegurado a todas/os, sem discriminações, incluindo-se aqui os migrantes (redistribuição), com valorização de diferentes identidades (reconhecimento) e com equidade de oportunidades e de ação (participação), dimensões essas propostas por Nancy Fraser (2002), para a promoção da justiça social/educacional.

Referências

- Appolon, Ilgentche. (2021). *Oportunidade e ameaça identitária: representações sociais sobre a escola por crianças imigrantes haitianas na cidade de Cuiabá (MT)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.
- Araújo, Isabella de Meira. (2021). *Acesso à escola para migrantes internacionais na educação básica: uma análise das políticas de distribuição de oportunidades educacionais em Curitiba-PR*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

- Cardoso, Lara Andréia Sant’Ana. (2022). *Análise da Escolarização e Inclusão Social de Estudantes Migrantes Venezuelanos(as) na Escola Pública do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília.
- Fraser, Nancy. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 7-20. ISSN-e 2182-7435.
- Henning, Leoni Maria Padilha. (2022). Anísio Teixeira e o “direito à educação” – ideias que evocam Dewey e inspiram Freire. *Pro-Posições*, 33, 1-24 .
<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0033>
- Machado, Cristiane. e Pereira, Aline Gabriele. (2023). Direito à Educação: analisando tendências temáticas em avaliação na produção acadêmica. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 31(120), 668-703. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103521>
- Mainardes, Jefferson. Ferreira, Márcia dos Santos. e Tello, César. (2011). Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: Ball, Stephen J.;
- Mainardes, Jefferson (orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas* (pp.143-172). São Paulo: Cortez.
- Ministério da Justiça e Segurança pública (2024). *Departamento de Migrações*. Recuperado em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes> . Acesso em: 20 dez. 2024.
- Molinari, Simone Garbi Santana. (2016). *Imigração e alfabetização: alunos bolivianos no município de Guarulhos*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Nóbrega-Therrien, Silvia Maria. e Therrien, Jacques. (2004). Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, 15(30), 5-16. <https://doi.org/10.18222/ae153020042148>
- Pinheiro, Diego Fernandes. (2023). *O direito à educação das crianças venezuelanas em Manaus: análise das normativas nacionais e internacionais*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Roldão, Sandra Felício. (2022). *O processo de escolarização de crianças imigrantes na cidade de Joinville - SC*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Santos, Veronica Vizotto dos. (2023). *Ensino de uma segunda língua para crianças imigrantes no período da alfabetização na escola democratizada*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Walsh, Catherine. (2017). *Pedagogías decoloniales tomo II: prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir*. Quito: Editorial Abya Yala.

Vilalva, Adriana Mallmann. (2023). *O direito à educação: percepções/representações dos/as professores/as sobre a diversidade cultural e as pedagogias de inclusão*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos.

Vosgerau, Dilmeire Sant’Anna Ramos. e Romanowski, Joana Paulin. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, 14(41), 165-189. <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>

Submetido em Janeiro de 2025

Aprovado em Janeiro de 2025

Informações autorais

Cátia Maria Farinon Tonin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Grupo de pesquisa: (In)Justiça educacional na escola pública e políticas de ação afirmativa para a educação superior no Brasil

Nome do grupo de pesquisa ao qual pertence, vinculado ao NEPI:

Link ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1958-6562>

Link LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6205770807665577>

E-mail: catiamariatonin@gmail.com